ESTATUTO

TÍTULO I **DA CONSTITUIÇÃO, PRINCÍPIOS, PRERROGATIVAS** **E CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO**

CAPÍTULO I **DO SINDICATO**

SEÇÃO 1 **CONSTITUIÇÃO**

Art. 1 - O Sindicato dos Guardas Cíveis Municipais do Estado de Alagoas, com sede na Rua General Hermes, nº 188, Cambona, na cidade de Maceió, Estado de Alagoas, é constituído para fins de defesa e representação legal dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria dos Guarda Civil Municipal dos Municípios do Estado de Alagoas, inclusive em questões judiciais ou administrativas, e particular, obrigatoriamente nas negociações coletivas de trabalho.

Art. 2 - Constituem finalidades precípua do Sindicato:

- a) A conquista de melhores condições de vida e de trabalho de seus representados;
- b) Defender a independência e autonomia da representação sindical;
- c) Atuar na manutenção e na defesa das instituições democráticas.

Art. 3 - Constituem princípios do Sindicato:

- a) Liberdade e autonomia sindical, entendendo-se que deve caber exclusivamente aos Guardas Cíveis Municipais de cada um dos municípios que compõe o Estado de Alagoas, deliberar sobre o funcionamento, organização e administração do sindicato;
- b) Solidariedade com os movimentos populares da cidade e do campo, que busquem a melhorias das condições de existência do povo trabalhador, bem como objetivem a conquista e consolidação das liberdades democráticas;
- c) Inserção de forma permanente, na luta pela independência da classe trabalhadora perante

os patrões e o estado;

d) Solidariedade com os trabalhadores de outros países que lutam por melhores condições de vida e por uma sociedade livre de exploração.

Art. 4 - Prerrogativas e deveres:

a) Representar perante as autoridades administrativas e judiciais, os interesses gerais de sua categoria e os interesses individuais de seus associados;

b) Promover eleições diretas para os representantes na categoria;

c) Estabelecer contribuições a todos aqueles que participam da categoria representada, de acordo com as decisões tomadas em Assembléia convocadas especificamente para esse fim;

d) Colaborar como órgão técnico e consultivo no estudo e solução dos problemas que se relacionarem com sua categoria de acordo com suas necessidades;

e) Filiar-se á central sindical e a outras organizações sindicais, inclusive de âmbito internacional, de interesses dos trabalhadores mediante a Assembléia dos associados;

f) Manter relações com as demais associações de categorias profissionais para a concretização da solidariedade social e da defesa dos interesses nacionais;

g) Defender a solidariedade entre os povos para a concretização da paz e do desenvolvimento em bem-estar da humanidade;

h) Lutar pela defesa das liberdades individuais e coletivas pelo respeito á justiça social e pelos direitos fundamentais do homem.

i) Estabelecer negociações com a representação da categoria econômica, visando á obtenção de melhorias para a categoria profissional;

j) Promover atividades culturais, profissionais e de comunicação;

l) Colaborar com os órgãos públicos visando á consecução dos interesses nacionais;

m) Estimular a organização da categoria por local de trabalho.

Parágrafo Único - A colaboração com os órgãos públicos deve-se dar nos casos destes órgãos exercerem atribuições dos trabalhadores, como a fiscalização do trabalho e das condições de saúde, higiene e segurança do trabalhador, a participação oficial em organismo internacional, etc.

Art. 5 - Das condições de funcionamento do sindicato:

a) Observância das determinações legislação vigente;

b) Inexistência de cargos eletivos cumulativamente com os empregados remunerados pelo sindicato, ou por entidade de grau superior;

c) Gratuidade do exercício dos cargos efetivos, para esse exercício, na forma do que dispuser a lei.

CAPITULO II **DOS ASSOCIADOS,** **DOS DIREITOS E DEVERES.**

Art. 6 - A todos os trabalhadores que, por atividade profissional e vínculo empregatício que integra a Guarda Civil Municipal de cada um dos municípios que compõe o Estado de Alagoas, é garantido o direito de ser admitido no sindicato.

Art. 7 - São Direitos dos Associados:

- a) Utilizar as dependências do sindicato para atividades compreendidas neste Estatuto;
- b) Votar e ser votado em eleições de representação do sindicato respeitado as determinações deste Estatuto;
- c) Gozar dos benefícios e assistência proporcionados pelo sindicato;
- d) Excepcionalmente convocar Assembléia Geral.

Art. 8 - São deveres dos Associados:

- a) Autorizar o desconto no salário base e Risco Profissional, por parte da Guarda Civil Municipal da Contribuição associativa no percentual de 2% (dois por cento);
- b) Exigir o cumprimento dos objetivos e determinações deste Estatuto e o respeito por parte da Diretoria e do Conselho de delegados sindicais das decisões das Assembléias Gerais;
- c) Comparecer as reuniões e Assembléias convocadas pelo sindicato;
- d) respeitar as decisões tomadas em Assembléia.

Art. 9 - Os associados estão sujeitos a penalidades de suspensão e eliminação do quadro social, quando cometerem desrespeito ao Estatuto e decisões do sindicato.

Parágrafo Único - A apreciação da falta cometida pelo associado deve ser realizada em Assembléia Geral convocada para esse fim, na qual o associado terá o direito de defesa.

Art. 10 – Assim como os associados em atividade, é assegurado aos sócios na inatividade o direito de votar e ser votado.

Art. 11 – Os Associados que deixarem o quadro efetivo da Guarda Municipal, manterá seus direitos, salvo o de votar e ser votado pelo período de três meses contado da data de sua saída, ficando-lhe assegurado á assistência jurídico-trabalhista pelo período de 12 meses.

Art. 12 - O Associado que deixar a categoria da Guarda Civil Municipal, ingressando em outra categoria profissional, perderá automaticamente seus direitos associativos.

TÍTULO II

DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA, DA FISCALIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO SINDICATO.

CAPÍTULO III

DO SISTEMA DIRETIVO DO SINDICATO.

Art. 13 - Constituem o Conselho Diretivo do Sindicato os seguintes órgãos:

- a) Diretoria Administrativa;
- b) Conselho Fiscal;
- c) Conselho de Representantes;
- d) Corpo de Suplentes.

Art. 14 - Nos termos do art. 8, inciso VIII, da Constituição Federativa do Brasil, é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargos de direção de representação sindical e se eleito ainda que suplente.

Art. 15 - A Administração do Sindicato será exercida por uma diretoria composta de 07 (sete) membros, fiscalizada por um Conselho Fiscal instituído nos termos deste Estatuto.

Art. 16 - Compõem a Diretoria Administrativa as seguintes pastas:

- a) Presidência;
- b) Vice Presidência;
- c) Secretaria Geral;
- d) Secretaria de Finanças;
- e) Secretaria de Imprensa e Comunicação;
- f) Secretaria de Assuntos Jurídicos;
- g) Secretaria de Formação Sindical.

Parágrafo Único - A diretoria executiva indicará delegados e suplentes nos municípios que tem Guarda Civil Municipal, competindo-lhe representar o sindicato quando da ausência de sua diretoria executiva na base territorial de sua atuação específica, responsabilizando-se, ainda, pela mobilização e organização dos Guardas Cíveis Municipais daquele município.

Art. 17 - Compete a Diretoria Administrativa entre outras atribuições:

- a) Representar o Sindicato e defender os interesses da entidade perante os poderes públicos, podendo a Diretoria nomear mandatários por procuração;
- b) Fixar em conjunto com os demais órgãos do Sistema Diretivo, as diretrizes gerais da política sindical e executá-las;
- c) Cumprir e fazer cumprir as deliberações da categoria em toda sua instância;
- d) Gerir o patrimônio, garantindo sua utilização para o cumprimento deste Estatuto e das deliberações da categoria representada;
- e) Analisar e divulgar, semestralmente, relatório financeiro da Secretaria de Finanças;
- f) Garantir a filiação de qualquer integrante da categoria sem distinção de raça, cor, sexo, religião, origem ou opção política, observando apenas as determinações deste estatuto;
- g) Representar o Sindicato junto aos poderes constituídos;
- h) Reunir-se em sessão ordinária, quinzenalmente, e, extraordinariamente sempre que o Presidente ou a maioria da Diretoria Administrativa convocarem, para tratar de assuntos da Administração;
- i) Reunir-se bimestralmente com os delegados e Conselho Fiscal e Representantes para tratar de assuntos atinentes a organização da categoria no cotidiano da luta sindical, e de outros assuntos de interesse geral, não podendo decidir sobre matéria específica de competência de cada órgão;
- j) Elaborar planos Orçamentários Anuais, Balanços Financeiros, Planos de ação Sindical e Balanço Anual de Ação Sindical;
- l) Prestar contas de suas atividades e do exercício financeiro ao término do mandato;
- m) Nomear qualquer membro do Sistema Diretivo do Sindicato, exceto Conselho Fiscal, para o desempenho de funções administrativas desde que haja concordância do escolhido.

Art. 18 - Compete ao Presidente:

- a) Representar formalmente o Sindicato sempre que possível;
- b) Convocar e presidir as reuniões da Diretoria dos Delegados e da Assembléia Geral;
- c) Assinar documentos e papéis que dependem de sua assinatura, e rubricar os contábeis e burocráticos;
- d) Apor sua assinatura em cheques e outros títulos juntamente com o Secretario de Finanças;

- e) Convocar e participar das reuniões de qualquer órgão do Sistema Diretivo do Sindicato, salvo do Conselho Fiscal se para tanto não for convocado;
- f) Coordenar e orientar a ação dos órgãos do Sistema Diretivo, integrando-se sob a linha de ação definida em todas as suas instancias;
- g) Representar o Sindicato ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente e administrativamente.

Art. 19 - Compete ao Vice Presidente:

- a) Substituir o Presidente em suas faltas e impedimentos;
- b) Encarregar-se das relações do Sindicato a nível internacional;
- c) Ter sob sua responsabilidade a mobilização da categoria quando se fizer necessário juntamente com o Secretário de Imprensa;
- d) Ter sob sua responsabilidade o patrimônio do sindicato e a administração.

Art. 20 - Compete a Secretaria Geral:

- a) Coordenar e orientar a ação das demais secretarias do demais setores do sindicato, integrando-as sob a linha de ação definida pela Diretoria Administrativa e aprovada pelo plenário do Conselho Diretivo.

I - Plenário do Conselho Diretivo do Sindicato - é a reunião de todos os membros que compõem este órgão.

- b) Coordenar a elaboração e zelar pela execução do plano anual de Ação Sindical.

I - Plano de ação sindical deverá conter, além de outros assuntos:

- a) Diretrizes gerais a serem seguidas pelo sindicato;
- b) As prioridades, orientações e metas a serem atingidas em um determinado prazo pelo sistema Diretivo e departamento do Sindicato;
- c) Elaborar relatórios e análises sobre as atividades dos órgãos do Conselho Diretivo e do desempenho de cada departamento e setores do Sindicato;
- d) Secretariar as reuniões da Diretoria, do Plenário, e das Assembléias Gerais;
- e) Manter sobre seu controle e atualizados as correspondências, atas e o arquivo do sindicato.

Art. 21 - Compete ao Secretario de Finanças:

- a) Implementar a Secretaria de Finanças;
- b) Zelar pelas Finanças do Sindicato;
- c) Ter sob seu comando e responsabilidade os setores de Tesouraria e contabilidade do sindicato;
- d) Propor e coordenar a elaboração e execução do plano orçamentário anual, bem como suas alterações a ser aprovado pela Diretoria Administrativa submetido ao Conselho Fiscal e, a Assembléia Geral;
- e) Elaborar relatórios e análises sobre a situação financeira do sindicato, examinando inclusive, a relação investimento-custo-produção de cada setor da entidade e apresentá-los semestralmente, á Diretoria Administrativa;
- f) Assinar, com o Presidente, cheque e outro título de Créditos;
- g) Ter sob sua responsabilidade, a guarda e fiscalização dos valores e numerários do Sindicato, a guarda e fiscalização dos documentos contratados e convênios atinentes a sua pasta, adoção das providências para impedir a deterioração financeira do Sindicato a arrecadação e recebimento de numerários e contribuições de qualquer natureza, inclusive doações e legados.

Parágrafo Único - O Plano Orçamentário deverá conter entre outros:

- I - Orientações gerais a serem seguidas pelo conjunto do Sistema Diretivo e demais setores do Sindicato;
- II - A previsão das receitas e despesas para o período.

Art. 22 - Compete ao Secretario de Imprensa e Comunicação:

- a) Zelar pela busca e divulgação de informação entre Sindicato categoria e o da sociedade;
- b) Desenvolver as campanhas publicitárias definidas pela Diretoria;
- c) Ter sob seu comando e responsabilidade os setores de imprensa comunicação do sindicato.
- d) Manter a publicação do Jornal informativo da Categoria.
- e) Instrumentalizar a mobilização da categoria.

Art. 23 - Compete ao secretário de Assuntos Jurídicos:

- a) Implementar o Departamento jurídico do sindicato;
- b) Ter sob seu comando e responsabilidade o setor jurídico do Sindicato;
- c) Preparar as negociações junto aos poderes constituídos, e estudos sobre saúde do trabalho e Segurança Pública.

Art. 24 - Compete ao Secretário de Formação Sindical:

- a) Implementar a Secretaria de Formação Sindical, mantendo-se responsável pela formação política da diretoria;
- b) Promover o assessoramento à Diretoria e ao conjunto diretivo, na discussão da linha de trabalho a desenvolver nas áreas de atuação desta Secretaria;
- c) Planejar, executar, e avaliar as atividades de formação Sindical, promovendo cursos, seminários e encontros;
- d) Coordenar a elaboração e publicação de cartilhas e outros documentos voltados para formação da diretoria;
- e) Coletar, sistematizar e processar dados de interesse da categoria.

Art. 25 - Compete ao Conselho Fiscal:

- a) Fiscalizar a gestão financeira da entidade;
- b) Dar parecer sobre o plano orçamentário anual, e sobre os balanços financeiros, e patrimonial do sindicato, os quais será submetidos á Assembléia Geral convocada para este fim.

Parágrafo Único - O Conselho Fiscal será composto por três membros no máximo, com igual número de suplentes eleitos na forma deste Estatuto.

Art. 26 - Compete ao Conselho de Representantes:

- a) Representar o Sindicato, mantendo estreito e permanente contato com entidades sindicais do mesmo grau ou de grau superior, pertencente ou não a atual estrutura sindical de âmbito nacional ou internacional, sempre no interesse da categoria dos Guardas Civis Municipais, conforme política definida pelo Plenário do Sistema Diretivo do Sindicato.

Parágrafo Único - O conselho de representante será composto de dois membros no máximo com igual número de suplentes.

Art. 27 - A filiação do Sindicato a entidade de grau superior fica condicionada á prévia

aprovação da Assembléia Geral, essencialmente convocada para este fim.

Art. 28 - Fica Previsto neste Estatuto para cada órgão diretivo do Sindicato serão eleitos tantos suplentes quantos forem os membros efetivos.

CAPITULO IV **DA PERDA DO MANDATO, DA RENUNCIA, DA DESTITUIÇÃO** **E ABANDONO DO PATRIMÔNIO E DA SUBSTITUIÇÃO.**

Art. 29 - Os membros do Sistema Diretivo perderão o seu mandato nos seguintes casos:

- a) Malversação ou dilapidação do patrimônio do Sindicato;
- b) Violação deste Estatuto;
- c) Abandono do Cargo;
- d) Aceitação ou solicitação de transferência que importe no afastamento do exercício do cargo;
- e) Provocar desmembramento da base territorial do sindicato sem prévia autorização da Assembléia Geral;
- f) Perderá automaticamente o mandato sem necessidade de aprovação pela Assembléia Geral, o membro que aceitar nomeação para cargo de confiança ou comissionado excerto promoções dentro do quadro efetivo das Guardas Municipais a que pertencer.

Parágrafo Primeiro - A perda do mandato será declarada pela Assembléia Geral, convocada no prazo e forma deste Estatuto.

Parágrafo Segundo - Toda suspensão ou destituição de cargo deverá ser notificado de forma a assegure aos interessados o pleno direito de defesa, cabendo recurso na forma deste Estatuto.

Parágrafo Terceiro - O prazo para recorrer será de 05 (cinco) dias contados do recebimento de notificação

Art. 30 - A declaração de perda do mandato somente surtirá seus efeitos após a decisão final da Assembléia Geral que será especialmente convocada no período máximo de 60 (sessenta) e no mínimo 10 (dez) dias após a notificação do atingido.

Art. 31 - Na hipótese de perda do mandato, as substituições se farão de acordo com o que dispõe o presente Estatuto.

Art. 32 - A convocação dos suplentes compete ao Plenário do Conselho Diretivo.

Art. 33 - Havendo renúncia ou destituição de qualquer membro de órgão do Conselho Diretivo assumirá o cargo vacante dentre os suplentes eleitos, o indicado pelo Conselho Diretivo.

Parágrafo Único - As renúncias serão comunicadas por escrito e com firmas reconhecidas ao Conselho Diretivo.

Art. 34 - Se ocorrer à renúncia coletiva da Diretoria Administrativa e do Conselho Fiscal, não havendo suplente, o presidente ainda que resignatário convocará a Assembléia Geral a fim de que esta constitua uma junta Governativa Provisória.

Parágrafo Único - A Junta Governativa Provisória constituirá nos termos deste artigo, promoverá as diligências necessárias à realização de novas eleições para investidura dos cargos da Diretoria Administrativa e Conselho Fiscal, de conformidade com este Estatuto.

Art. 35 - Considera-se abandono de cargo, quando o ocupante deixar de comparecer sem justificativa a 03 (três) reuniões consecutivas ou 5 (cinco) intercaladas do órgão do Conselho Diretivo a que estiver vinculado e/ ou ausentar-se de seus afazeres sindicais pelo período de 30 (trinta) dias consecutivos.

Parágrafo Único - Passado 20 (vinte) dias da ausência o dirigente será notificado para que se apresente ou justifique o seu não comparecimento decorrido 20 (vinte) dias da primeira notificação nova notificação será enviada expirado o prazo de 60 (sessenta) dias, o cargo será declarado vago.

Art. 36 - A vacância do cargo será declarada pelo órgão do Conselho Diretivo nas hipóteses de.

- a) Abandono do Cargo;
- b) Renúncia do Cargo ocupado;
- c) Perda do mandato;
- d) Falecimento.

Art. 37 - A vacância do cargo por perda de mandato será declarada pelo Presidente do Sindicato após 24 (vinte e quatro) horas da decisão da Assembléia Geral.

Art. 38 - A vacância do cargo por abandono será declarada 24 (vinte e quatro) horas depois de expirado o prazo estipulado neste Estatuto.

Art. 39 - A vacância do cargo por renúncia do ocupante será declarada pela Diretoria Administrativa do Sindicato no prazo de 5 (cinco) dias úteis após ter havido a formalização da renúncia.

Art. 40 - A vacância do cargo em razão do falecimento do ocupante será declarada até 72 (setenta e duas) horas após a ocorrência do fato.

Art. 41 - Declarada a vacância, o Conselho Diretivo providenciará a escolha de um novo nome dentre os suplentes para posterior substituição no prazo máximo de 15 (quinze dias).

Art. 42 - Na ocorrência de vacância do cargo ou de afastamento temporário do diretor por período superior a 120 (cento e vinte) dias, sua substituição se dará por decisão do Conselho Deliberativo o qual escolherá e elegerá dentre os suplentes da pasta vaga para ocupar a vacância.

Art. 43 - Em caso de afastamento por período superior a 30 (trinta) dias, e inferior a 120 (cento e vinte) dias, o órgão competente designará substituto provisório, sem prejuízo do exercício do cargo efetivo do substituído assegurando-se incondicionalmente o retomo do substituído a qualquer tempo.

Art. 44 - Todos os procedimentos que impliquem em alteração na composição de órgãos Diretivo do Sindicato deverão ser registrados e anexados em pasta única e arquivados juntamente com os autos do processo eleitoral.

TITULO III **DAS ASSEMBLÉIAS GERAIS E DO** **PROCESSO ELEITORAL**

CAPITULO V **DAS ASSEMBLÉIAS GERAIS**

Art. 45 - As Assembléias Gerais serão soberanas em suas resoluções e não contrárias a legislação vigente.

Art. 46 - Serão deliberadas em Assembléias Gerais os seguintes assuntos:

- a) Apreciação do Balanço Financeiro;
- b) Julgamento dos atos da Diretoria e penalidades impostas a associados;
- c) Aplicação do Patrimônio;
- d) Decisões sobre impedimento e perda de mandato de Diretores;
- e) Pronunciamento sobre relações políticas ou negociação salarial;
- f) As eleições de associados para o preenchimento dos cargos previstos neste Estatuto por escrutínio secreto.

Art. 47 - As Assembléias gerais para deliberação por escrutínio secreto, serão sempre convocadas com fins especificados. Nada impedirá que nessas Assembléias Gerais sejam tratados de assuntos de natureza diversa, desde que para tal tenha sido deliberado pela maioria presente dos associados na respectiva Assembléia.

Art. 48 - Salvo regulamentação específica, as Assembléias gerais serão convocadas com

antecedência mínima de 5 (cinco) dias em relação a data de sua realização.

Art. 49 - Na ausência de regulamentação específica o quorum para deliberação das Assembléias Gerais será sempre de maioria simples dos associados presentes.

Art. 50 - O quorum da Assembléia Geral para pronunciamento sobre o processo eleitoral ou negociação salarial se dará da seguinte forma:

- a) Em primeira convocação metade mais um dos associados quites;
- b) Em Segunda convocação com qualquer número de associados.

Art. 51 - São consideradas Ordinárias as Assembléias Gerais de apreciação dos Balanços Financeiros e patrimoniais e de mudanças estatutárias. As demais serão consideradas Assembléias Gerais Extraordinárias.

Art. 52 - As Assembléias Gerais para apreciação do balanço Financeiro serão realizadas anualmente no mês de Março.

Art. 53 - Na ausência de regulamentação diversa e específica as Assembléias Gerais serão sempre convocadas:

- I- Pelo Presidente do Sindicato;
- II- Pela maioria da Diretoria;
- III- Pelo Conselho Fiscal, nos casos de malversação do Patrimônio da entidade e dilapidação do erário do sindicato.

Art. 54 - As Assembléias Gerais Ordinárias, esgotado o prazo legal de sua realização, poderão ser convocadas pelos associados em número de 10% (dez por cento) dos associados quites com suas contribuições.

Art. 55 - As Assembléias Gerais Extraordinárias poderão ser convocadas por 10% (dez por cento) dos associados, que especificarão os motivos da convocação e assinarão o respectivo Edital.

Art. 56 - Nenhum motivo poderá ser alegado pelos administradores da entidade para frustrar a realização da Assembléia convocada nos termos deste estatuto.

Art. 57 - Os Editais de convocação de Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias deverão ser afixados na sede do sindicato.

Art. 58 - A Assembléia Geral para tratar das eleições será realizada trienalmente na conformidade desse Estatuto.

Art. 59 - No caso de convocação de Assembléia Geral por Associados, o Edital de convocação publicado poderá ser assinado apenas por um associado, fazendo-se menção ao número de assinaturas aposta no documento.

CAPITULO VI DO PROCESSO ELEITORAL

Art. 60 - Os membros dos órgãos que compõem o Sistema Diretivo do sindicato, previsto no art. 13 deste Estatuto, serão eleitos em processo eleitoral único, trienalmente de conformidade com esse Estatuto e dispositivo legal.

Art. 61 - As eleições de que tratam o artigo serão realizadas dentro do prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, e mínimo de 30 (trinta) dias que antecedem o término dos mandatos vigentes.

Art. 62 - Será garantida por todos os meios democráticos, a lisura do pleito Eleitoral assegurando-se condições de igualdades as chapas concorrentes, quando for o caso especialmente no que se refere a mesários e fiscais, tanto na coleta quanto na apuração de votos.

Art. 63 - É eleitor todo associado que na data da eleição tiver:

- a) Mais de seis meses de inscrição pelo menos no quadro social;
- b) Contribuído para entidade até 180 (cento e oitenta) dias antes das eleições;
- c) Estiver no gozo dos direitos sociais conferentes neste Estatuto;
- d) O aposentado associado que na data da eleição se enquadre dentro dos requisitos determinados por este Estatuto.

Art. 64 - Poderá ser candidato o associado que na data da realização do pleito eleitoral tiver mais de seis meses de inscrição no quadro de associados do Sindicato e ter 3 (três) anos de exercício na profissão.

Art. 65 - Será inelegível, bem como fica vedado de permanecer no exercício de cargo eletivo o associado que:

- a) Não tiver definitivamente aprovadas suas contas em função de exercício em cargos de administração sindical;
- b) Que houver lesado o patrimônio de qualquer entidade sindical;
- c) Que não tiver pelo menos 03 (três) anos de exercício na profissão na base territorial representada pelo sindicato, e que não tenha mudado de categoria durante esse período;
- d) De má conduta comprovada.

Art. 66 - As eleições serão convocadas por edital, com antecedência máxima de 120 (cento e vinte) dias e mínima de 30 (trinta) dias, contada da data da realização do pleito eleitoral.

Parágrafo Único - O edital de convocação de eleições devesse conter obrigatoriamente:

- a) Data, horário e Local de votação;
- b) Prazo para registro de chapas e horário de funcionamento da secretaria;
- c) Nome do Sindicato e locais da Segunda votação, caso não seja atingido o quorum determinado para a votação ou tenha havido um empate entre as chapas concorrentes.

Art. 67 - O processo eleitoral será coordenado e conduzido por uma comissão eleitoral composta da seguinte forma:

- a) Pelo Secretário Geral do Sindicato;
- b) Pelo Secretário Jurídico do Sindicato;
- c) E por um representante de cada chapa concorrente.

Art. 68 - O prazo para registro de chapas será 15 (quinze) dias a partir da data de publicação do Edital de Convocação de eleição.

Parágrafo Único - O registro de chapas se fará junto à Comissão Eleitoral que fornecerá imediatamente recibo da documentação apresentada e que num expediente de 8 horas normal diária, permanecerá a comissão ou um representante no Sindicato.

Art. 69 - O requerimento de registro de chapas em duas vias, assinado por qualquer dos candidatos que as integram, será endereçada a Comissão Eleitoral e nele deverá constar cópia autenticada da portaria que nomeou o candidato como servidor da G.C.M, como também copia da identidade autenticada.

Art. 70 - Será recusado o registro de chapas que não apresentar a totalidade dos cargos preenchidos dos candidatos, entre efetivos e suplentes, distribuídos entre o Conselho Diretivo, Conselho Fiscal e Representantes.

Parágrafo Único - Verificando-se irregularidade na documentação apresentada à comissão Eleitoral notificara o interessado para que promova a correção e substituição no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de recusa de seus registros.

Art. 71 - No prazo de vinte e quatro horas, o Sindicato fornecerá aos candidatos individualmente, comprovante de candidatura do empregado.

Art. 72 - No encerramento do prazo para registro de chapas a comissão Eleitoral providenciará a lavratura da ata correspondente, consignando em ordem numérica de inscrição todas as chapas e os nomes dos candidatos efetivos e suplentes, entregando cópia aos representantes de cada chapa inscrita.

Parágrafo Único - Neste mesmo prazo, cada chapa registrada indicará um associado para fazer parte da comissão Eleitoral.

Art. 73 - No prazo de registro, a Comissão Eleitoral fará publicar a relação nominal das chapas registradas no jornal ou na sede da Entidade Sindical e se possível nos locais de trabalho dos associados e declarará aberto o prazo de 05 (cinco) dias para impugnação.

- Art. 74** - Encerrado o prazo sem que tenha havido registro de chapas, a comissão eleitoral dentro de 48 horas providenciará nova convocação de eleição.
- Art. 75** - A relação dos associados em condições de votar será elaborada até 10 (dez) dias, antes da data da eleição, e será no mesmo prazo afixada em local de fácil acesso na sede do Sindicato, para consulta de todos os interessados e fornecida uma cópia ao representante de cada chapa registrada, mediante requerimento à comissão Eleitoral.
- Art. 76** - O prazo para impugnação de candidatura é de 05 (cinco) dias, contado da publicação nominal das chapas registradas.
- Art. 77** - A impugnação que somente poderá versar sobre as causas de inelegibilidade prevista nesse estatuto, será proposta por meio de requerimento fundamentado dirigido à Comissão Eleitoral e entregue contra-recibo na Secretaria por associado em pleno gozo de seus direitos sindicais.
- Art. 78** - Comunicado oficialmente em 48 (quarenta e oito) horas, o candidato impugnado terá o prazo de 05 (cinco) dias, para apresentar suas contra-razões. Instruído o processo, a Comissão Eleitoral decidirá sobre a procedência ou não da impugnação até 15 (quinze) dias antes da eleição se realizar.
- Art. 79** - Julgado procedente a impugnação o candidato impugnado não concorrerá às eleições devendo a sua substituição ocorrer no prazo de 48 horas sob pena de cancelamento do registro da chapa, se improcedente concorrerá.
- Art. 80** - O voto será secreto e as cédulas únicas contendo todas as chapas registradas serão confeccionadas em papel branco, opaco e pouco absorvente com tinta preta e tipos uniformes.
- Art. 81** - As mesas coletoras de votos funcionarão sob a exclusividade e coordenação de um presidente e mesários, indicados paritariamente pelas chapas concorrentes designadas pela comissão Eleitoral.
- Art. 82** - Cada chapa concorrente fornecerá a Comissão Eleitoral nomes de pessoas idôneas para a composição das mesas coletoras com antecedência de 15 (quinze) dias em relação à data da realização da eleição
- Art. 83** - Poderão ser instaladas mesas coletoras além da sede Social do Sindicato, nos locais de trabalho, como também mesas coletoras itinerantes que percorrerão itinerários preestabelecidos a juízo da Comissão Eleitoral.
- Parágrafo Único** - Os trabalhos de cada mesa coletora poderão ser acompanhado por fiscais designados pelas chapas na proporção de 1 (um) fiscal por chapa registrada.
- Art. 84** - Não poderão ser nomeados membros das mesas coletoras, os candidatos seus cônjuges e parentes ainda que por afinidade até segundo grau inclusive, e os membros da administração do sindicato.

Art. 85 - Os mesários substituirão os presidentes de mesas coletoras de modo que haja sempre alguém respondendo pessoalmente pela ordem e regularidade do processo eleitoral.

Art. 86 - Todos os membros da mesa coletora deverão estar presentes ao ato da abertura e durante o encerramento da votação, salvo motivo de força maior.

Art. 87 - Somente poderão permanecer no recinto da mesa coletora seus membros, fiscal, autoridades se for o caso, e durante o tempo necessário à votação, o eleitor.

Art. 88 - Nenhuma pessoa estranha à direção da mesa coletora poderá intervir no seu funcionamento durante os trabalhos de votação.

Art. 89 - Os trabalhos eleitorais da mesa coletora terão a duração mínima de 6 (seis) horas contínuas, observadas sempre as horas de início e de encerramento prevista no Edital de Convocação.

Art. 90 - Iniciada a votação, cada eleitor pela ordem de apresentação a mesa, depois de identificado, assinará a folha de votantes, receberá a cédula única rubricada pelo presidente e mesários e, na cabina indevassável, após assinalar sua preferência a dobrará, depositando-a em seguida na urna colocada na mesa coletora.

Art. 91 - O eleitor obrigatoriamente, antes de depositar a cédula na urna deverá exibir a parte rubricada a mesa e aos fiscais para que verifiquem sem a tocar, se é a mesma que lhe foi entregue, se não foi, perderá o eleitor o direito de votar, anotando-se a ocorrência na ata.

Art. 92 - Os Eleitores cujos nomes não constarem na lista de votantes, assinaram lista própria e votaram em separado.

Parágrafo Primeiro - O voto em separado será tomado da seguinte forma:

a) - Os membros da mesa coletora anotarão no verso de uma sobrecarta as razões da medida para posterior decisão do Presidente da mesa coletora;

b) - Deverá para isto apresentar os três últimos contracheques com o desconto do sindicato.

Parágrafo Segundo - O presidente da mesa apuradora será uma pessoa idônea e que tenha conhecimento pelo menos de como funciona uma eleição sindical, e de preferência um sindicalista ou um advogado, e que seja aceito por todas as chapas concorrentes.

Art. 93 - São documentos válidos para a identificação do Eleitor:

- a) Carteira de Identidade;
- b) Certificado de Reservista;
- c) Carteira de Associado;
- d) Carteira Funcional da G.C.M.

Art. 94 – Conforme horário previsto no Edital, para encerramento da votação, em voz alta serão convidados os eleitores que se encontrarem no recinto para votarem, será feita a entrega aos mesários das mesas coletoras do documento de identificação e prosseguirá os trabalhos até que vote o último. Caso não haja mais eleitor a votar serão imediatamente encerrados os trabalhos.

Art. 95 - Encerrados os trabalhos de votação, as umas serão lacradas com aposição de tiras de papel gomada rubricados pelos membros da mesa e pelos fiscais. As umas serão lacradas sempre que forem transportadas.

Parágrafo Único - O coordenador fará lavrar ata que será também assinada pelos mesários e fiscais registrando a data e hora do início e do encerramento dos trabalhos, total dos votantes e dos associados em condições de votar, número de votos em separado se os houver bem como resumidamente os protestos apresentados, a seguir o coordenador da mesa coletora fará entrega ao Presidente da mesa apuradora mediante recibo de todo material utilizado durante a votação.

Art. 96 - A sessão Eleitoral de Apuração será instalada na sede do Sindicato ou em local apropriado imediatamente após o encerramento da votação e das mesas coletoras de voto. As listas de votantes e as umas, devidamente lacradas e rubricadas pelos mesários e fiscais.

Parágrafo Único - As mesas apuradoras de votos serão compostas de escrutinadores indicados igualmente em número pelas chapas concorrentes ficando assegurado o acompanhamento dos trabalhos pelos fiscais designados na proporção de um por chapa para cada mesa.

Art. 97 - Na contagem de voto de cada uma será verificada pelo presidente se o número coincide com a lista de votantes se forem iguais ou inferiores, far-se-á a apuração:

I - Se o total de cédulas forem superior ao da respectiva lista de votantes proceder-se-á a apuração descontando-se dos votos atribuído a chapa mais votada o número de voto excedente desde que esse número seja inferior a diferença entre as duas chapas mais votada.

II - Se o excesso de voto for igual ao superior á diferença entre as duas chapas mais votadas uma será anulada

Art. 98 - Finda a apuração o Presidente da mesa apuradora proclamará eleita à chapa que tiver maior número de votos entre as demais.

Art. 99 - A eleição do Sindicato só será válida se participarem dela no mínimo a metade mais um dos associados com capacidade para votar não obtido este quorum, o presidente da mesa apuradora encerrará a eleição e notificará a Comissão Eleitoral para que promova uma nova

eleição.

Art. 100 - Encerrado todos os trabalhos de apuração e proclamado o vencedor, o presidente da mesa apuradora lavrará ata dos trabalhos eleitorais, na qual constará obrigatoriamente o seguinte:

- a) Dia e hora de abertura e do encerramento dos trabalhos, nomes dos respectivos componentes;
- b) Local ou locais onde funcionaram as mesas coletoras com nome dos respectivos componentes;
- c) Resultado de cada uma especificando o número de votantes sobrecartas cédulas apuradas, votos atribuídos, a cada chapa registrada votos em branco e nulo;
- d) Número total de eleitores que votaram;
- e) Resultado geral da apuração;
- f) Proclamação dos Eleitos;
- g) Assinatura do Presidente da apuração.

Art. 101 - Se o número de votos da uma urna anulada for superior a diferença entre as duas chapas mais votadas, não haverá proclamação dos eleitos pela mesa apuradora, cabendo a Comissão Eleitoral realizar no prazo de 15 (quinze) dias, limitada a eleição às chapas já inscritas.

Art. 102 - Em caso de empate entre as chapas mais votadas se realizará nova eleição no prazo de 15 (quinze) dias, limitada a eleição das chapas em apreço.

Art. 103 - A comissão Eleitoral devesa comunicar por escrito, a G.C.M. no prazo de vinte e quatro horas, a eleição, bem como a data da posse dos empregados.

Art. 104 - Só poderá concorrer as demais eleições a chapa registrada para as primeiras eleições, e só poderá participar da segunda eleição os associados que estavam em condição de votar na primeira.

Art. 105 - Será anulada a eleição quando mediante recurso formalizado nos termos deste estatuto ficar comprovado:

- a) Que não cumpriu as formalidades do Edital de convocação;
- b) Que preterida qualquer das formalidades essenciais estabelecidas neste Estatuto;
- c) Ocorrência de vício ou fraude que comprometa sua legitimidade importado prejuízo a qualquer candidato ou chapa concorrente.

Parágrafo Único - A anulação do voto não implica na anulação da urna em que se der a ocorrência. De igual forma a anulação da urna não implica na anulação da eleição, salvo se o número de voto anulado for igual ou superior ao da diferença final, entre as duas chapas mais votadas.

Art. 106 - Não poderá a nulidade ser invocada por que lhe tenha dado causa, nem aproveitará ao seu responsável.

Art. 107 - Anulada as eleições do sindicato outra será convocada no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação do despacho anulatório.

Art. 108 - A Comissão Eleitoral incumbe zelar para que se mantenha organizada o processo eleitoral em duas vias, constituídas primeira dos documentos originais. São peças essenciais do processo eleitoral:

- a) Edital e folha do jornal que publicou a convocação da eleição;
- b) Cópias dos requerimentos dos registros de chapas e respectivas fichas de qualificação individual de cada candidato;
- c) Exemplar do jornal que publicou a relação nominal das chapas registradas;
- d) Cópias dos expedientes relativas às composições da mesa coletora de votos;
- e) Relação dos sócios em condição de votar lista de votação;
- f) Relação dos ex-sócios que pediram desligamento nos últimos seis meses, para averiguação na votação em separado;
- g) Atas das seções eleitorais de votação e de apuração dos votos;
- h) Cópias das impugnações e dos recursos e respectivos contra-razões, se os houver;
- i) Atas das seções eleitorais de votação e de apuração de votos;
- j) Comunicação oficial das decisões exaradas pela comissão eleitoral.

Parágrafo Único - Não interposto recurso, o processo eleitoral será aprovado na secretaria do sindicato podendo ser fornecida cópias para qualquer associado mediante requerimento.

Art. 109 - O prazo para interposição de recurso, o processo eleitoral será de 15 (quinze) dias contados da data final da realização do pleito.

Parágrafo Primeiro - Os recursos poderão ser propostos por qualquer associado em pleno gozo dos direitos sociais.

Parágrafo Segundo - O recurso e os demais documentos que o instruem serão apresentados em duas vias, o contra-recibo na secretaria do sindicato juntados os originais à primeira via do processo eleitoral. A Segunda via do recurso e dos documentos que o acompanham serão entregues, também contra-recibo em 24 horas ao recorrido, que terá prazo de 08 dias, para o parecer contra-razões.

Parágrafo Terceiro - Fim do prazo estipulado, havendo recurso e recebidos ou não contra-razões do recorrido, a comissão eleitoral julgará pela procedência ou não do recurso e imediatamente anunciará as medidas a serem tomadas.

CAPITULO VII DA GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

Art. 110 - O plano orçamentário anual elaborado pela tesouraria e aprovado pela diretoria, definirá a aplicação dos recursos disponíveis da entidade, objetivando a realização dos interesses da categoria e a sustentação de suas lutas.

Art. 111 - O patrimônio da entidade constitui-se:

a) Das contribuições devidas ao sindicato pelos que participam da categoria profissional da Guarda Civil Municipal dos municípios que compõem o Estado de Alagoas, em decorrência de norma legal ou cláusula inserida em convenção coletiva de trabalho e acordo coletivo de trabalho;

b) Das mensalidades dos associados, na conformidade da deliberação da Assembléia Geral invocada especialmente para o fim de fixá-las;

c) Dos bens e valores adquiridos e as rendas produzidas pelos mesmos. Dos direitos patrimoniais decorrentes da celebração de contratos. Das doações e dos legados. Das multas e das outras rendas eventuais.

Art. 112 - Os bens móveis que constituem o patrimônio da entidade serão individualmente identificados através do meio próprio que possibilite o controle do uso e conservação dos mesmos.

Parágrafo Único - A venda de bens imóvel dependerá de prévia aprovação da Assembléia Geral da categoria, especialmente convocada para este fim.

Art. 113 - O dirigente, o empregado ou associado da entidade sindical que produzir danos patrimonial culposo ou doloso, responderá civil e criminalmente pelo ato lesivo.

Art. 114 - Os bens do Sindicato não responderá por execução resultante de multas eventuais impostas à entidade por qualquer que seja a razão.

CAPÍTULO VIII **DA DURAÇÃO E DA DISSOLUÇÃO** **DA ENTIDADE.**

Art. 115 – Essa entidade sindical terá duração indeterminada.

Art. 116 - A dissolução desta entidade sindical, bem como a destinação de seu patrimônio somente poderá ser decidida em Assembléia Geral com 2,3 (dois terços), da maioria absoluta dos associados quites, sendo essa aprovação por via do voto direto e secreto, e por 50 % (cinquenta por cento) mais 01 (um) dos associados presentes.

Parágrafo Único - Essa mesma Assembléia deliberará sobre a destinação dos bens patrimoniais da entidade observadas a legislação em vigor.

**CAPITULO IX,
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.**

Art. 117 - As alterações ao presente estatuto, no todo ou parte, deverão ser procedidas através de Assembléia Geral, especificamente convocadas para esse fim, desde que aprovadas por 1/3 (um terço) dos associados quites com sua mensalidade.

Art. 118 - A contribuição Social do sindicato será 2% (dois por cento) do salário base acrescido do Risco Profissional.

Art. 119- São condições para qualquer associado deste sindicato concorrer às eleições para Diretoria:

- a) Ter mais de seis meses de inscrição no quadro de associado;
- b) Está quite com sua mensalidade social até 180 dias antes da eleição;
- c) Que na data da realização do pleito tiver seis meses de sindicalização e em pleno exercício na base territorial de Maceió.

Art. 120 – Os casos omissos neste Estatuto será dirimidos de acordo com a lei.

Art. 121 – O presente Estatuto entrará em vigor no ato de sua aprovação pela Assembléia Geral Extraordinária.

Maceió/AL, 16 de março de 2006.